



O Mandato Cultural, ou seja, a ordem para que o homem desenvolva civilização dada pelo Criador (Gn 1.26,28) implica não apenas na criação de cultura mas também na formação de sociedades inteiras. Nancy Pearcey afirma que “a primeira frase – ‘Frutificai, e multiplicai-vos’ – significa desenvolver o mundo social: formar famílias, igrejas, escolas, cidades, governos, leis. A segunda frase – ‘enchei a terra, e sujeitai-a’ – significa subordinar o mundo natural: fazer colheitas, construir pontes, projetar computadores, compor músicas. Esta passagem é chamada de o mandato cultural, porque nos fala que nosso propósito original era criar culturas, construir civilizações”.<sup>1</sup> Cornelius Plantinga afirmar que “a boa criação de Deus inclui não somente a Terra e suas criaturas, mas também uma gama de dons culturais, tais como o casamento, a família, as artes, a linguagem, o comércio e (até num mundo ideal) o governo”.<sup>2</sup>

Como Plantinga ressalta, até mesmo em um mundo ideal as questões de governança e liderança são importantes. Esse é o papel da política: determinar formas de governo e estabelecer de alguma maneira a organização do poder em determinada sociedade. Ou seja, é papel da política estabelecer todo um sistema para que o poder seja exercido, decisões sejam tomadas em um quadro de autoridade/submissão para o bem do maior número de pessoas daquela mesma sociedade.

O surgimento das questões envolvendo governança e liderança estão de tal maneira emaranhados na própria história do homem que dificilmente conseguiremos achara o fio da meada. O fenômeno da liderança entre os homens começou a se delinear provavelmente a partir do instante do nascimento da agricultura sedentária, em que povos nômades e coletores fixaram-se em porções de terra estabelecendo vínculos mais profundos e duradouros com a geografia. Isso ocorreu há cerca de 10 mil anos. No instante em que o homem se vinculou de maneira mais aguerrida a terra, começaram a surgir líderes tribais e culturas baseadas em uma liderança mais centralizada.<sup>3</sup>

Estudos antropológicos indicam que antes disso o que se via nas sociedades nômades caçadoras e coletoras era uma configuração mais plana de liderança, baseada na ocasião, sem centralização e sem simbolismos mais claros ou diretos ligados a figura de um líder. Ou seja, muito provavelmente a evolução dissipou a ideia de um macho alfa, que veio a retornar claramente no período de sedentarização.<sup>4</sup> Nas palavras do próprio Knauff, “as sociedades eram descentralizadas [...] ao invés de haver indivíduos que fossem os primeiros entre seus iguais”.<sup>5</sup>

As tentativas de elaborar referências mais formais vêm desde a Grécia Antiga, como afirma Fiedler: “A preocupação com a liderança é tão antiga quanto a história escrita: A república de Platão constitui um bom exemplo dessas preocupações iniciais ao falar da adequada educação e treinamento dos líderes políticos, assim como da grande parte dos filósofos políticos que desde essa época procuraram lidar com esse problema”.<sup>6</sup>

É da Grécia antiga que vem a expressão “política”, pois as cidades estado gregas da antiguidade tinham o nome de “Polis”. Sendo assim, as questões da Polis grega eram questões políticas e Aristóteles chegou a chamar o homem de animal político. Também vem da Grécia antiga o conceito de Democracia, ou seja, o povo no poder.

A política então é um complexo encontro de outras complexas entidades como sociedade, nação, poder, estado, governança, liderança, legislação e outros. Não é a toa que o campo da política é mal compreendido pela maioria das pessoas, pois envolve muitos detalhes e conceitos complexos que se apoiam sobre a história, a filosofia, o direito e outras várias disciplinas. Não quero dizer com isso que temos o direito como cristãos de ignorar ou desprezar a política. Como então o cristão deve ver a política dentro de uma cosmovisão cristã? O que as Escrituras dizem sobre a política?

A primeira coisa que vale ressaltar é que o modelo político pretendido para o povo de Deus segundo as Escrituras seria aquilo que Johann Kaspar Bluntschli (1808-1881) chamou de “Teocracia” ou “Ideocracia”.<sup>7</sup> Quando o Eterno tira seu povo do Egito e faz dos hebreus uma nação, a nação de Israel, dá ao seu povo sua lei como o regulador das relações (Êx 20) e estabelece os sacerdotes como aqueles que são responsáveis por ensinar e zelar por ela (Êx 29). Dessa forma, Israel como nação não teria uma linhagem real como as outras nações, mas o seu rei seria o Eterno, governando o povo por meio de sua lei.

Esse propósito de Deus fica mais claro quando, muitos anos depois da saída do Egito, os líderes de Israel pedem a Samuel um rei tendo em vista seu envelhecimento e o Eterno deixa claro que naquele momento o próprio Deus estava sendo rejeitado como Soberano de Israel (1Sm 8.7-9). Israel a partir daquele momento passou a ser uma monarquia, com

<sup>1</sup> PEARCEY, Nancy. Verdade Absoluta: *Libertando o cristianismo de seu cativo cultural*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 51

<sup>2</sup> PLANTINGA, Cornelius Jr. *O crente no mundo de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007, p.45

<sup>3</sup> NYE, Joseph S. *O talento para liderar*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2011, p.27

<sup>4</sup> KNAUFT, Bruce M. *Violence and Sociality in Human Evolution* – in *Current Anthropology*, n. 4, v.32, 1991, p.396,397

<sup>5</sup> KNAUFT, Bruce M. *Violence and Sociality in Human Evolution* – in *Current Anthropology*, n. 4, v.32, 1991, p.395

<sup>6</sup> FIEDLER, Fred. *A theory of leadership effectiveness*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1967, p.3

<sup>7</sup> BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política* – 10ª Edição. Malheiros Editores: 2000, p.253

uma linhagem real que primeiro foi a de Saul e com a sua morte a linhagem davídica. Esse quadro prosseguiu até a divisão de Israel entre os dois Reinos, do Sul e do Norte e afinal com a devastação do Reino do Norte pelos Assírios e mais tarde de Judá pelos romanos no êxodo judaico provocado pela queda de Jerusalém em 70 d.C.

A partir de então tanto os judeus quanto os cristãos não constituíam mais uma nação a parte, mas passaram a viver dispersos entre diversas nações, cada qual com seu sistema político. Especialmente no início da era cristã, houveram várias perseguições aos cristãos por parte dos imperadores romanos – incluindo nomes célebres como Nero e Calígula – pois a fé cristã levava os cristãos a tomarem determinadas decisões que se chocavam com a autoridade do estado romano, como por exemplo a desobediência ao Culto do Imperador que deveria ser prestado por todos aqueles que estivessem submetidos a jurisdição do Império Romano. A fé cristã novamente esteve no centro de tensões com o estado na ocasião do comunismo, quando os países que aderiram ao bloco de países que formavam União das Repúblicas Socialistas Soviéticas iniciaram uma onda repressora as religiões, incluindo o cristianismo. Muitos cristãos foram perseguidos e mortos por sua relação de desobediência civil as imposições do comunismo.

O que isso quer dizer? Quer dizer que a política e o estado são sinais da graça comum pois restringem o mal, colaboram para o florescimento da justiça e da igualdade, mas por vezes a depravação do coração humano faz com que esses sistemas se tornam perversos e inimigos das Escrituras, de Deus e do seu povo. O próprio livro de Apocalipse narra por meio de suas visões que o Império Romano sob o governo de Domiciano tinha se tornado em um instrumento do mal e uma máquina a serviço de Satanás.<sup>8</sup>

Isto levanta várias questões capciosas sobre a relação entre nós cristãos e a política/estado: o cristão pode se envolver na política? Devemos abdicar do engajamento político para nos manter focados na evangelização?

Estas questões se tornam ainda mais críticas no Brasil, pois em nosso contexto a política é vista sempre com desconfiança tendo em vista a longa, dolorosa e cansativa relação entre o cenário político brasileiro e o problema crônica da corrupção. Como sabemos a corrupção “produz ceticismo cada vez maior nos cidadãos e menos participação no processo político, o que facilita ainda mais o avanço da corrupção”.<sup>9</sup> Dessa forma, qualquer cidadão brasileiro que se considere uma pessoa de bem não verá na política um caminho promissor para dar cabo ao seu desejo de ajudar as pessoas e contribuir para a sociedade.

Wayne Grudem e Barry Asmus lançaram o pequeno “Economia e Política na Cosmvisão Cristã”, um livro que traz algumas contribuições do evangelicalismo para reflexão política. Vamos destacar alguns pontos do livro. Primeiro, Jesus deixou claro, embora não de forma detalhada em Mateus 22.20,21 que deve haver uma separação entre igreja e estado em um estado não teocrático, diferente do antigo Israel.<sup>10</sup>

Segundo, o governo civil é uma dádiva divina aos homens, uma instituição que está sujeita a soberania de Deus e que é por ele usada segundo seu propósito.<sup>11</sup> Embora o governo civil possa se deteriorar e se tornar perverso como citado acima, ainda assim Deus deseja que oremos pelos nossos governantes para que eles sejam instrumentos para uma vida pacífico e piedosa (1Tm 2.1,2).

Terceiro, somos chamados como cristãos consciente de nosso papel de sermos sal no mundo e luz na terra (Mt 5) e nos engajarmos nos processos políticos de nossa nação tendo em vista que fomos salvos para boas obras (Ef 2.10) e obviamente isso implica em cumprirmos nossos deveres cívicos e contribuir para o bem da sociedade na qual vivemos.<sup>12</sup> Neste sentido, Abraham Kuyper deu uma contribuição significativa ao demonstrar que o papel do cristão não é viver a margem da sociedade criando subculturas e guetos cristãos, mas engajar-se na arena da vida pública a fim de ser um elemento de transformação social, política e cultural.<sup>13</sup> A Redeemer Presbyterian Church evoca o texto de Jr 19.7 para lembrar que o povo de Deus que vive na diáspora deve contribuir para o bem comum da sociedade na qual está engajada pois a prosperidade desta sociedade é a própria prosperidade e paz da igreja.<sup>14</sup>

Contudo, é importante lembrar que a presença de uma bancada evangélica não é garantia de que cumpriremos nosso papel como igreja. Nancy Pearcey explica: “Morando na região de Washington, D.C., testemunho um número cada vez maior de crentes trabalhando na política, fato que é tendência encorajadora. Contudo, também posso dizer por experiência que poucos mantêm uma filosofia política cristã de modo explícito. Como admitiu certo chefe de Estado-Maior do Congresso: ‘Percebo que mantenho certas opiniões porque sou politicamente conservador, mas não por saber que estão arraigadas na Bíblia’. Ele tinha consciência de que deveria formular uma filosofia de governo fundamentada nas Escrituras, porém não sabia como”.<sup>15</sup>

Ou seja, o engajamento político sem uma cosmvisão cristã que nos permita dialogar com as complexas questões que envolvem o cenário político no Brasil poderá facilmente tornar-se um exercício completamente irrelevante e até mesmo um desserviço ao Reino de Deus e a causa do Evangelho, como o sal que perde seu sabor.

<sup>8</sup> JOHNSON, ALAN F.: Revelation. In: GAEBELEIN, F. E. (org.): *The Expositor's Bible Commentary: Hebrews through Revelation*. vol. 12. Grand Rapids, MI : Zondervan Publishing House, 1981, p. 406

<sup>9</sup> KELLER, Timothy. *Como integrar fé e trabalho*. São Paulo: Vida Nova, 2014, p.189

<sup>10</sup> GRUDEM, Wayne; ASMUS, Barry. *Economia e Política na cosmvisão cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p.17,18

<sup>11</sup> GRUDEM, Wayne; ASMUS, Barry. *Economia e Política na cosmvisão cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p.25

<sup>12</sup> GRUDEM, Wayne; ASMUS, Barry. *Economia e Política na cosmvisão cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p.26

<sup>13</sup> KELLER, Timothy. *Center Church*. Grand Rapids: Zondervan, 2012, p.196

<sup>14</sup> KELLER, Timothy. *Como integrar fé e trabalho*. São Paulo: Vida Nova, 2014, p.227

<sup>15</sup> PEARCEY, Nancy. *Verdade Absoluta: Libertando o cristianismo de seu cativo cultural*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p.37